

Deloitte.

Budget Watch OE 2011

Inquérito “Índice Deloitte Pro Business”

Carlos Loureiro / Jorge Marrão
20 de Novembro de 2010

Em parceria com ISEG e Jornal Expresso



Índice

Introdução	3
Nota metodológica	5
Principais conclusões	7
Dimensões de análise	15
Nota técnica	36

Introdução

Introdução

No Índice Deloitte Pro-Business pretende avaliar-se a responsabilidade orçamental de estímulo ao crescimento económico, a qual deve basear-se num conjunto claro e transparente de informação e avaliação dos princípios orçamentais promotores do crescimento, produtividade, emprego, inovação e competitividade. A responsabilidade orçamental foi avaliada do ponto de vista do rigor e qualidade da informação prestada sobre as políticas e programas de suporte ao crescimento económico, sendo selectivamente apreciada a qualidade dessas políticas e programas, numa perspectiva de apoio ao desenvolvimento e competitividade empresarial, à luz das melhores práticas internacionais de escrutínio da comunidade empresarial sobre a política orçamental proposta.

Pretendeu-se identificar também as políticas económicas e sectoriais, reformas institucionais, investimentos públicos e alterações do perfil de despesa e da receita que, na avaliação do Conselho Empresarial, possam ajudar à criação e consolidação de estratégias empresariais e económicas e assegurem dinamismo e diversificação económica.

Nota metodológica

Nota metodológica

As 10 dimensões que foram objecto de apreciação por parte do Conselho Consultivo Empresarial foram as seguintes:

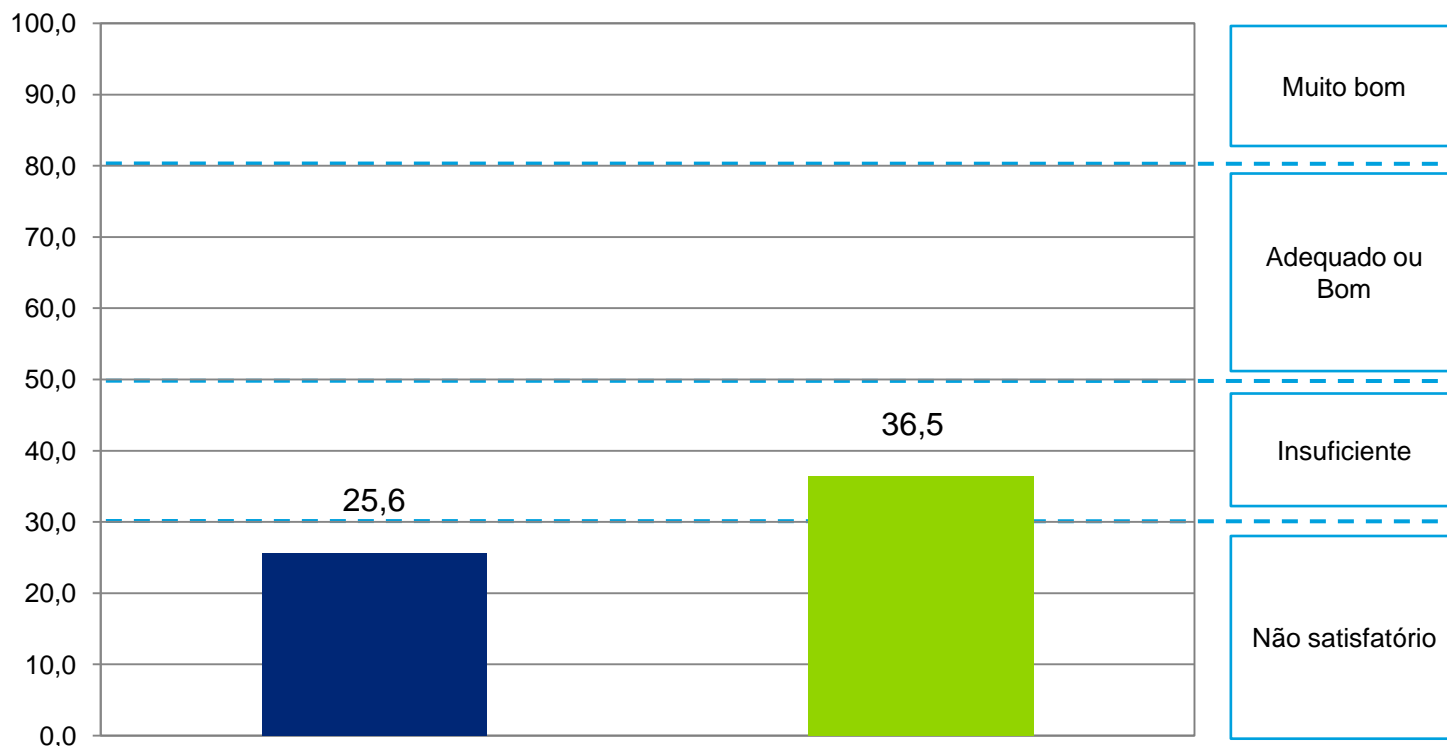
- a) Estabilidade das políticas macroeconómicas
- b) Estabilidade, simplicidade e carga fiscal
- c) Limites ao peso absoluto e relativo do Estado
- d) Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro
- e) Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego
- f) Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto
- g) Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital
- h) Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica
- i) Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e know-how) necessários ao crescimento económico
- j) Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores

Principais conclusões

Principais conclusões (1/7)

Índice Deloitte Pro Business

Índice Deloitte Pro Business - pontuação final



■ Índice Deloitte Pro Business - pontuação final - oe 2011

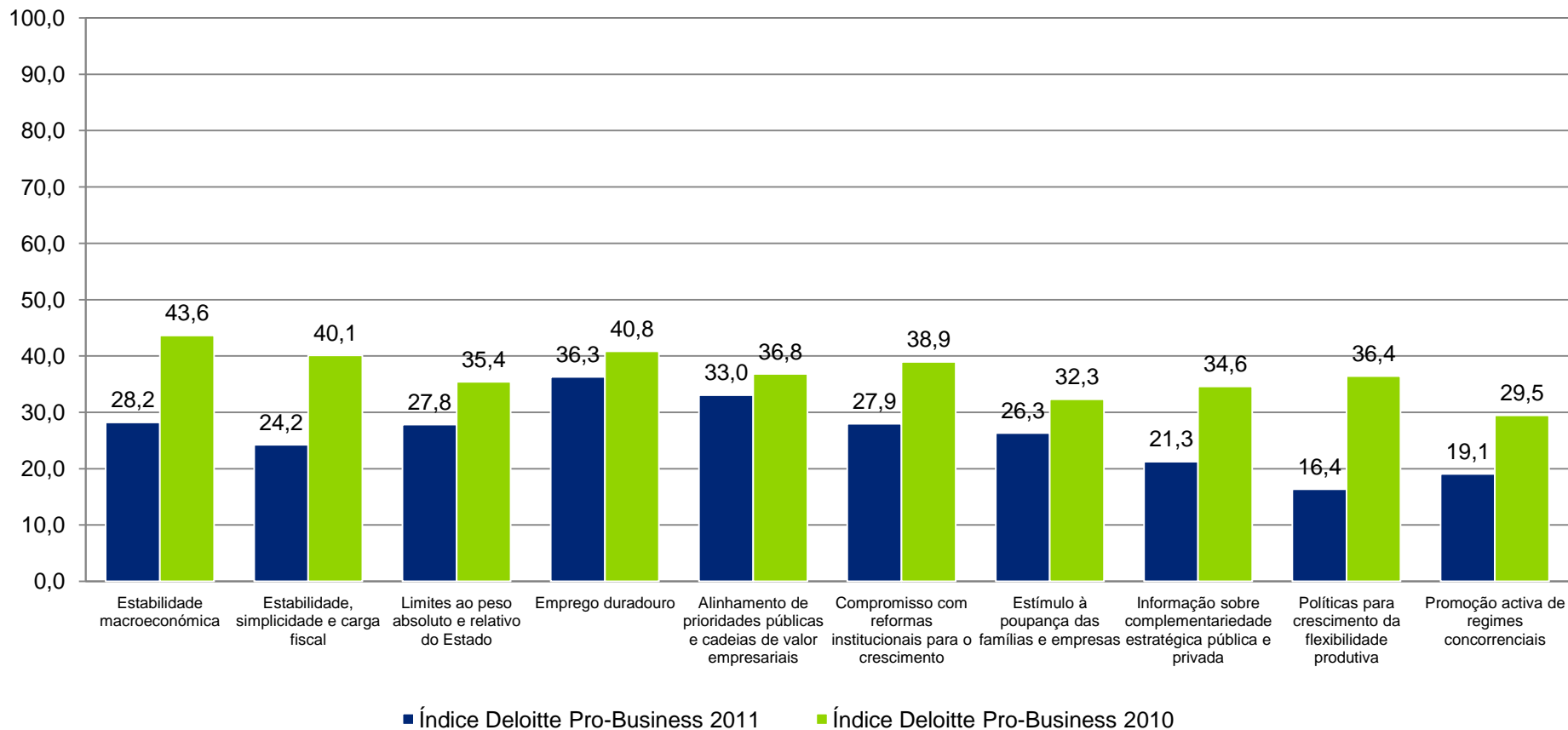
■ Índice Deloitte Pro Business - pontuação final - oe 2010

¹⁾ Calculado com base na média ponderada das várias dimensões

Principais conclusões (2/7)

Índice Deloitte Pro Business

Índice Deloitte Pro-Business



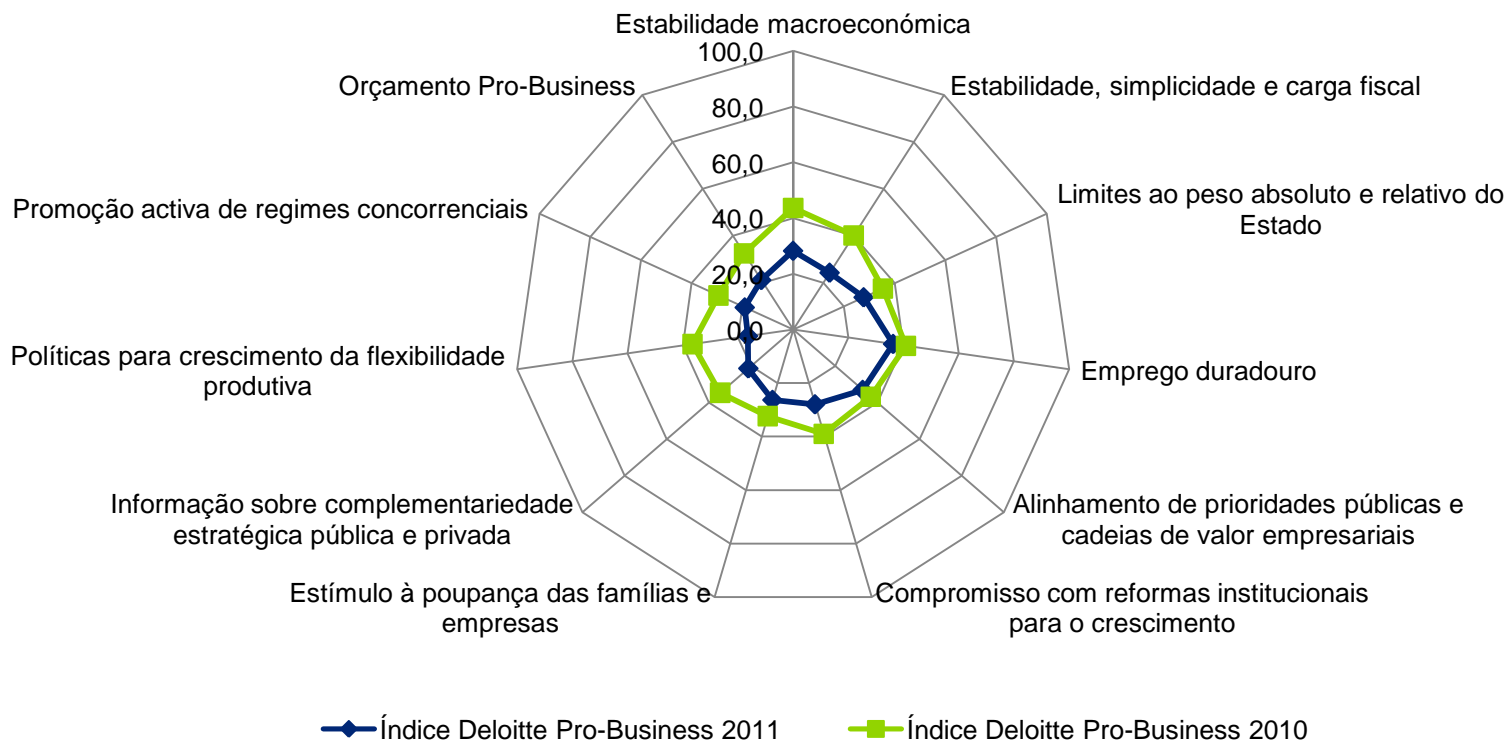
Escala										
Não satisfatório			Insuficiente		Adequada			Muito bom		
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

1) Calculado com base na média ponderada das várias dimensões

Principais conclusões (3/7)

Índice Deloitte Pro Business

Índice Deloitte Pro-Business



Escala										
Não satisfatório			Insuficiente		Adequada			Muito bom		
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

¹⁾ Calculado com base na média ponderada das várias dimensões

Principais conclusões (4/7)

Índice Deloitte Pro Business

TOP 10 - "Medidas melhor avaliadas"

Políticas de emprego para grupos populacionais com maiores dificuldades	46,3
Incentivos para reestruturações empresariais	45,6
Políticas dirigidas à inserção da economia privada em cadeias de valor globais	42,5
Fiscalidade associada ao crescimento económico e investimento	42,2
Políticas dirigidas às instituições públicas e privadas associadas ao emprego (agências de emprego; universidades e escolas; empregadores; centros de emprego; entre outros)	41,3
Estabilidade de preços	38,9
Políticas e programas dirigidos à melhoria das qualificações profissionais	36,7
Políticas e programas para melhoria da informação para o investimento, designadamente para exploração de mercados externos	36,3
Medidas para redução da burocracia, custos de contexto e melhoria das infraestruturas	35,6
Políticas de eliminação de restrições ao exercício de actividades	35,6

Principais conclusões (5/7)

Índice Deloitte Pro Business

TOP 10 - "Medidas pior avaliadas"

Incentivos públicos alinhados para a promoção da aquisição/utilização/criação de know-how	6,0
Informação sobre difusão dos efeitos positivos e negativos dos investimentos públicos	11,3
Fiscalidade e investimento em inovação	12,2
Políticas de transferência de provisão de bens e serviços públicos para regimes mais concorrenciais	12,9
Políticas de eliminação de barreiras de acesso a mercados	12,9
Políticas de reforço da independência económica e política dos reguladores	15,0
Trade-off entre regulação de interesses públicos de diversa natureza (ambiente, consumidores, ordenamento do território, v.g.) e prossecução de iniciativas privadas	15,7
Garantias dos contribuintes, combate à fraude e evasão fiscais	17,5
Informação sobre sucesso/falhas relacionadas com investimento público	17,5
Incentivos públicos alinhados para a promoção da mobilidade de capital	17,5

Principais conclusões (6/7)

Índice Deloitte Pro Business

TOP 10 - "Maiores variações face a 2010"

Incentivos públicos alinhados para a promoção da aquisição/utilização/criação de know-how	-86%
Fiscalidade e investimento em inovação	-76%
Informação sobre difusão dos efeitos positivos e negativos dos investimentos públicos	-65%
Políticas macroeconómicas contracíclicas	-62%
Políticas de eliminação de barreiras de acesso a mercados	-58%
Repartição entre impostos directos e indirectos	-56%
Garantias dos contribuintes, combate à fraude e evasão fiscais	-49%
Informação sobre défice/superavit e evolução do potencial do PIB	-49%
Incentivos públicos alinhados para a promoção da mobilidade de capital	-48%
Fiscalidade e criação de emprego	-47%
Políticas de reforço da independência económica e política dos reguladores	-47%

Principais conclusões (7/7)

Índice Deloitte Pro Business

“Variações positivas face a 2010”

Políticas dirigidas à inserção da economia privada em cadeias de valor globais	18%
Políticas de eliminação de restrições ao exercício de actividades	14%
Incentivos para reestruturações empresariais	14%
Políticas dirigidas à melhoria das taxas de poupança de médio e longo prazo das famílias	7%
Fiscalidade associada ao crescimento económico e investimento	7%
Informação sobre compromissos e garantias públicas e evolução do ciclo económico, dívida estrutural do Estado e limites à acumulação da dívida externa	1%
Fiscalidade e investimento estrangeiro	1%

Dimensões em análise

Dimensões em análise – resultados dos questionário (1/20)

a. Estabilidade das políticas macroeconómicas (1/2)

O conceito de estabilidade macroeconómica está intimamente associado a um conjunto de equilíbrios externos e internos da economia de um país. A estabilidade dos preços (inflação), crescimento real estável do PIB e nível do emprego, foram os aspectos historicamente dominantes na definição de estabilidade macroeconómica. Ao longo do tempo, surgem também como elementos decisivos, para a avaliar, o equilíbrio das finanças públicas, assim como as flutuações da balança de pagamentos, volatilidade das taxas de juro e das políticas cambiais.

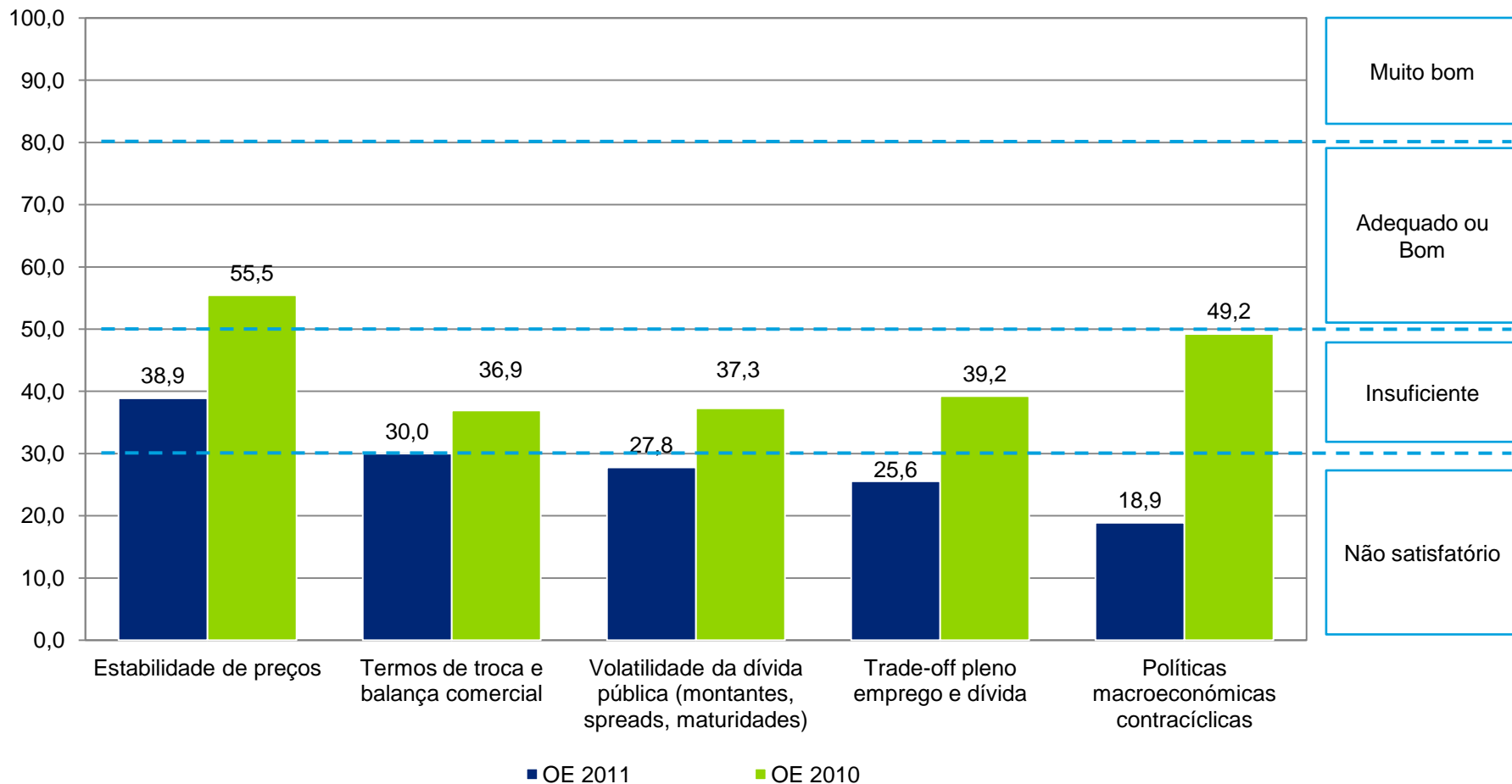
Depois da crise asiática, as políticas macroeconómicas preventivas pretendem também acautelar a acumulação excessiva de dívida pública e privada (empresas e particulares). Observa-se assim que se alargou a lista de políticas macroeconómicas a adoptar pelos governos.

Todavia, os elementos essenciais mantêm-se: crescimento e sustentabilidade económica. As políticas macroeconómicas prosseguidas devem procurar promover taxas de crescimento contínuo do investimento, produção e do emprego, assegurar que a inflação não atinja níveis elevados, e que o crescimento é sustentável em termos de endividamento público e privado.

Dimensões em análise – resultados dos questionário (2/20)

a. Estabilidade das políticas macroeconómicas (2/2)

Estabilidade das políticas macroeconómicas



Dimensões em análise – resultados dos questionário (3/20)

b. Estabilidade, simplicidade e carga fiscal (1/2)

Um Orçamento “pro business” passa necessariamente por um conjunto de medidas fiscais e parafiscais que, tendo presente a restrição orçamental (agravada pela rigidez da despesa pública corrente), se traduz no reforço da competitividade e eficiência do tecido empresarial, fomentando o empreendedorismo e a capacidade de investimento.

Defendemos que o Orçamento não é o fórum próprio para efectuar as grandes reformas fiscais, devendo, ao invés, conter um número limitado, mas relevante, de alterações em sede fiscal que permitam responder de forma eficaz às prioridades económicas do País, num contexto de objectivos de política macroeconómica claros e consensuais.

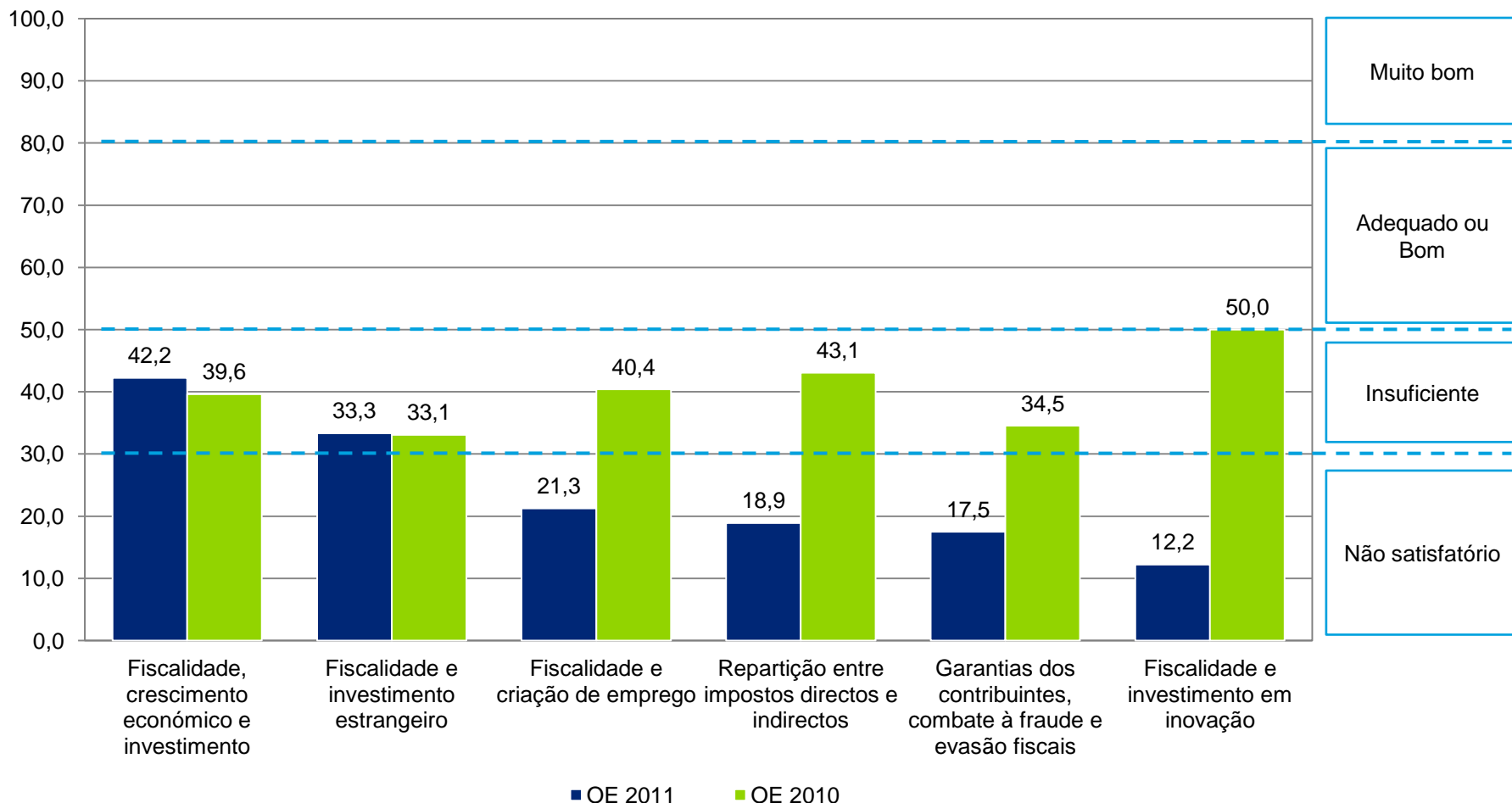
De facto, sem ignorar a relevância da carga fiscal sobre a competitividade das empresas, em particular quando actuam no mercado de bens transaccionáveis, existe um conjunto de outros factores que se revelam da maior relevância em termos de apoio para as empresas e, conseqüentemente, para a economia, de que destacamos: a estabilidade do sistema fiscal; a qualidade, pragmatismo e simplicidade da legislação fiscal; a certeza e segurança dos sistema fiscal, incluindo os tribunais, com adequada salvaguarda das garantias dos contribuintes; a adequabilidade dos custos de cumprimento; a competitividade em termos comparados com outros sistemas fiscais.

No actual contexto, muito particular em termos económicos, as medidas fiscais constantes do Orçamento devem constituir um conjunto articulado e competitivo em termos internacionais, incentivando as empresas ao investimento, criação de emprego, inovação e R&D, garantindo a equidade e simplicidade na relação com as autoridades fiscais e no cumprimento das obrigações fiscais, respeitando as garantias dos contribuintes, sem abdicar do combate à fraude e evasão fiscais. Naturalmente, não é despiciendo assegurar uma carga fiscal sem agravamento, que seja competitiva com a praticada nos países que conosco concorrem em termos de atracção de investimento directo estrangeiro.

Dimensões em análise – resultados dos questionário (4/20)

b. Estabilidade, simplicidade e carga fiscal (2/2)

Estabilidade, simplicidade e carga fiscal



Dimensões em análise – resultados dos questionário (5/20)

c. Limites ao peso absoluto e relativo do estado (1/2)

O valor actual das receitas líquidas fiscais das gerações actuais e futuras devem ser suficientes para cobrir o valor actual das despesas de consumo e investimento público, assim como a dívida actual do Estado (líquida de activos).

Neste contexto, a introdução de limites ao consumo e investimento público repercute-se numa diminuição do peso absoluto e relativo do Estado na economia e, conseqüentemente, numa diminuição do valor actual das receitas líquidas fiscais das gerações actuais e futuras.

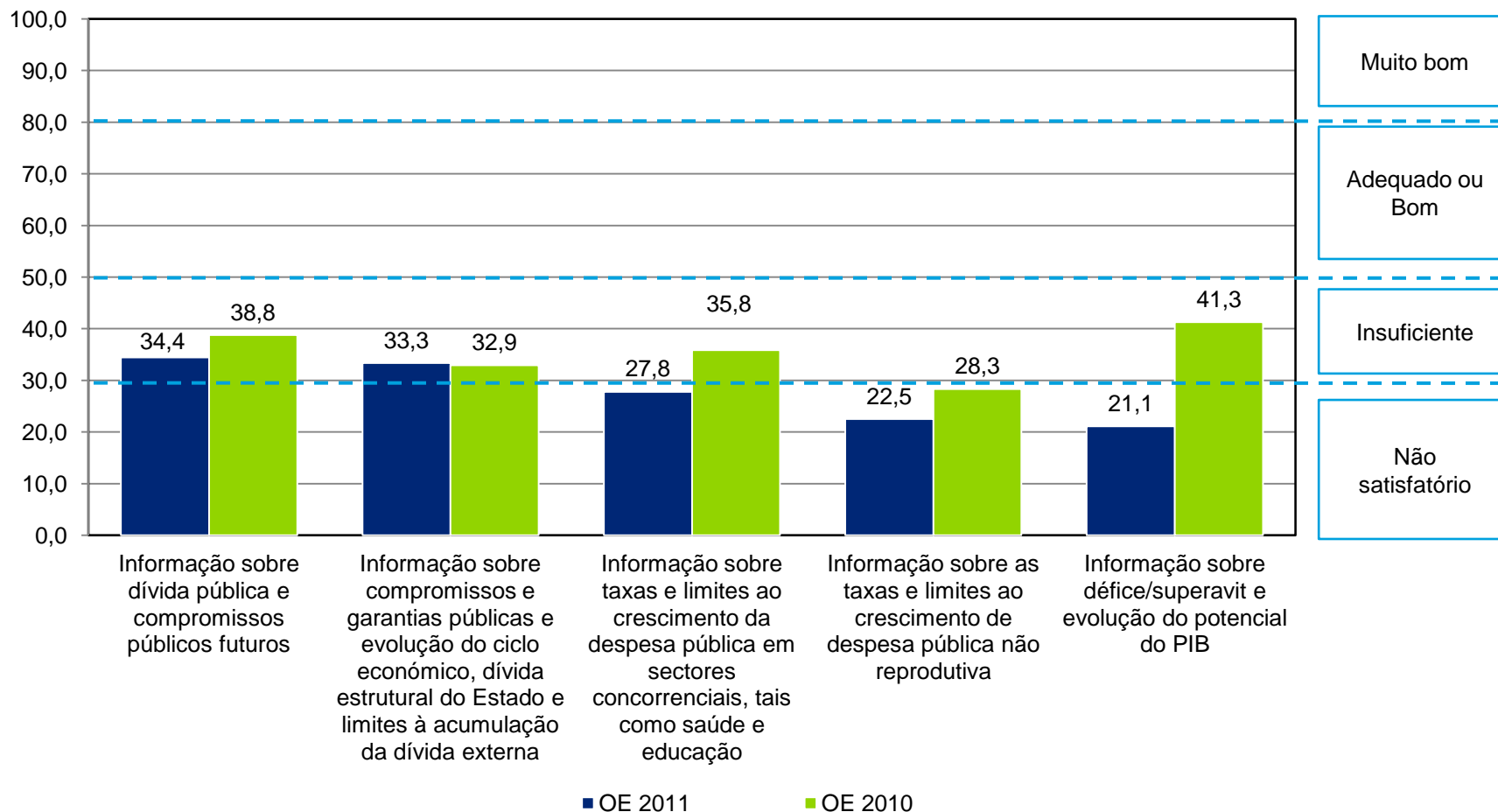
As restrições dos governos para o consumo e investimento público dependem da capacidade de lançar impostos, colocação de dívida pública (captura de poupança privada interna e externa) e da criação de moeda (não aplicável a Portugal).

O efeito dos défices públicos na economia é um dos assuntos mais controversos. Contudo, quer os modelos teóricos, quer os dados empíricos comprovam que um défice orçamental tende a manter/aumentar o consumo (menos impostos), mas a reduzir o investimento (menos poupança disponível) no curto prazo. O seu efeito final na economia depende, entre outros factores, da combinação entre corte de impostos e/ ou aumento de despesa. A médio e longo prazo, uma dívida pública elevada tende a reduzir o stock de capital da economia e a fazer crescer as taxas de juros reais da economia.

Dimensões em análise – resultados dos questionário (6/20)

c. Limites ao peso absoluto e relativo do estado (2/2)

Limites ao peso absoluto e relativo do Estado



Dimensões em análise – resultados dos questionário (7/20)

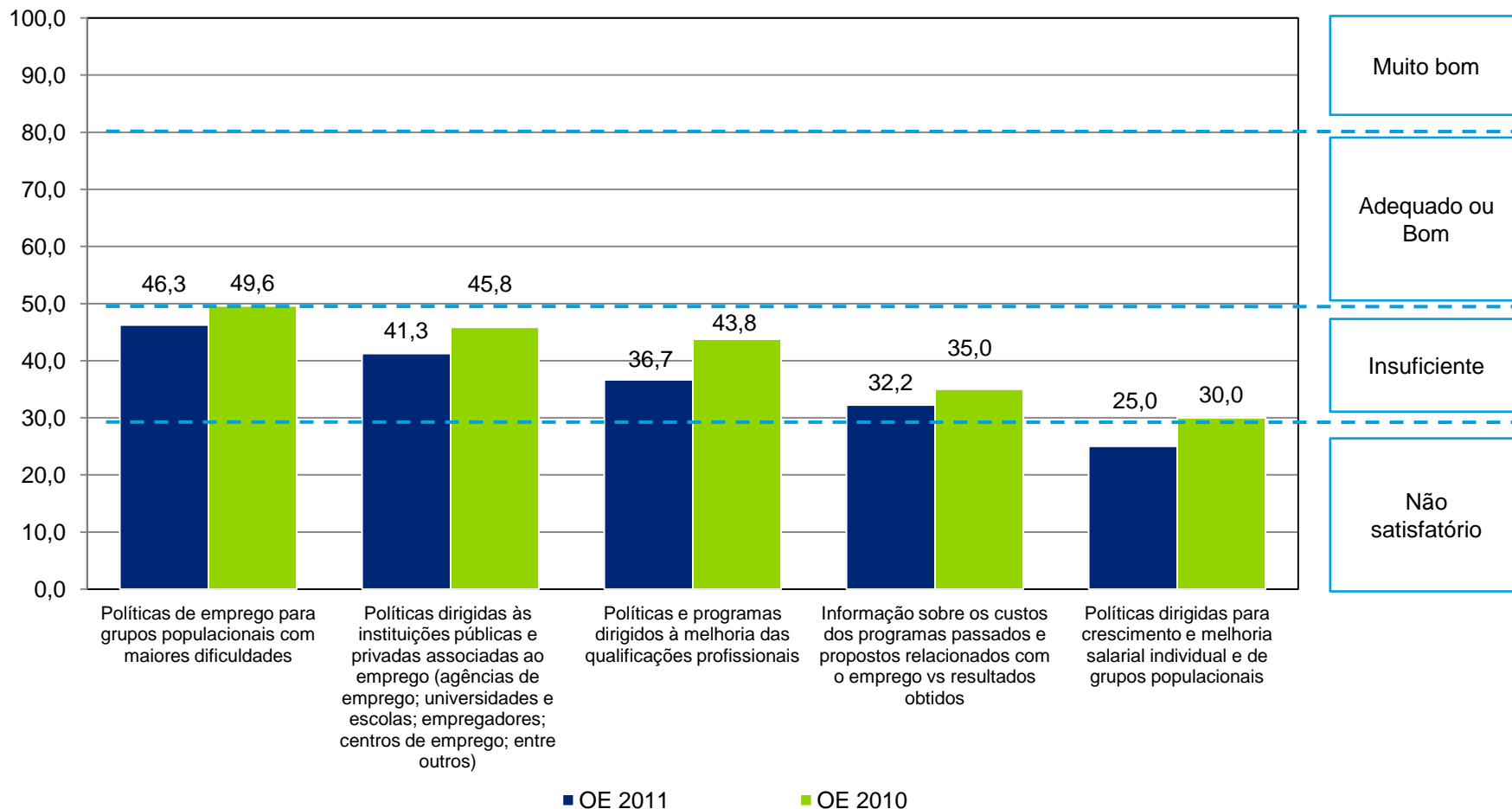
d. Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro (1/2)

Um dos objectivos das opções orçamentais é a adopção de políticas para geração de uma situação de pleno emprego. Para que este equilíbrio seja atingido são condições essenciais, para além de diversas políticas macroeconómicas e microeconómicas, (i) melhoria constante de qualificações profissionais, (ii) flexibilidade e mobilidade das pessoas e (iii) ajustamentos salariais positivos e negativos, indexados à produtividade e competitividade dos respectivos sectores. São necessárias políticas e programas destinados a melhorar as referidas condições, para permitir emprego duradouro, crescimento e melhoria sustentável das bases salariais. Acresce a necessidade de maior dedicação de recursos públicos dirigidos à identificação das necessidades dos empregadores.

Dimensões em análise – resultados dos questionário (8/20)

d. Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro (2/2)

Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro



Dimensões em análise – resultados dos questionário (9/20)

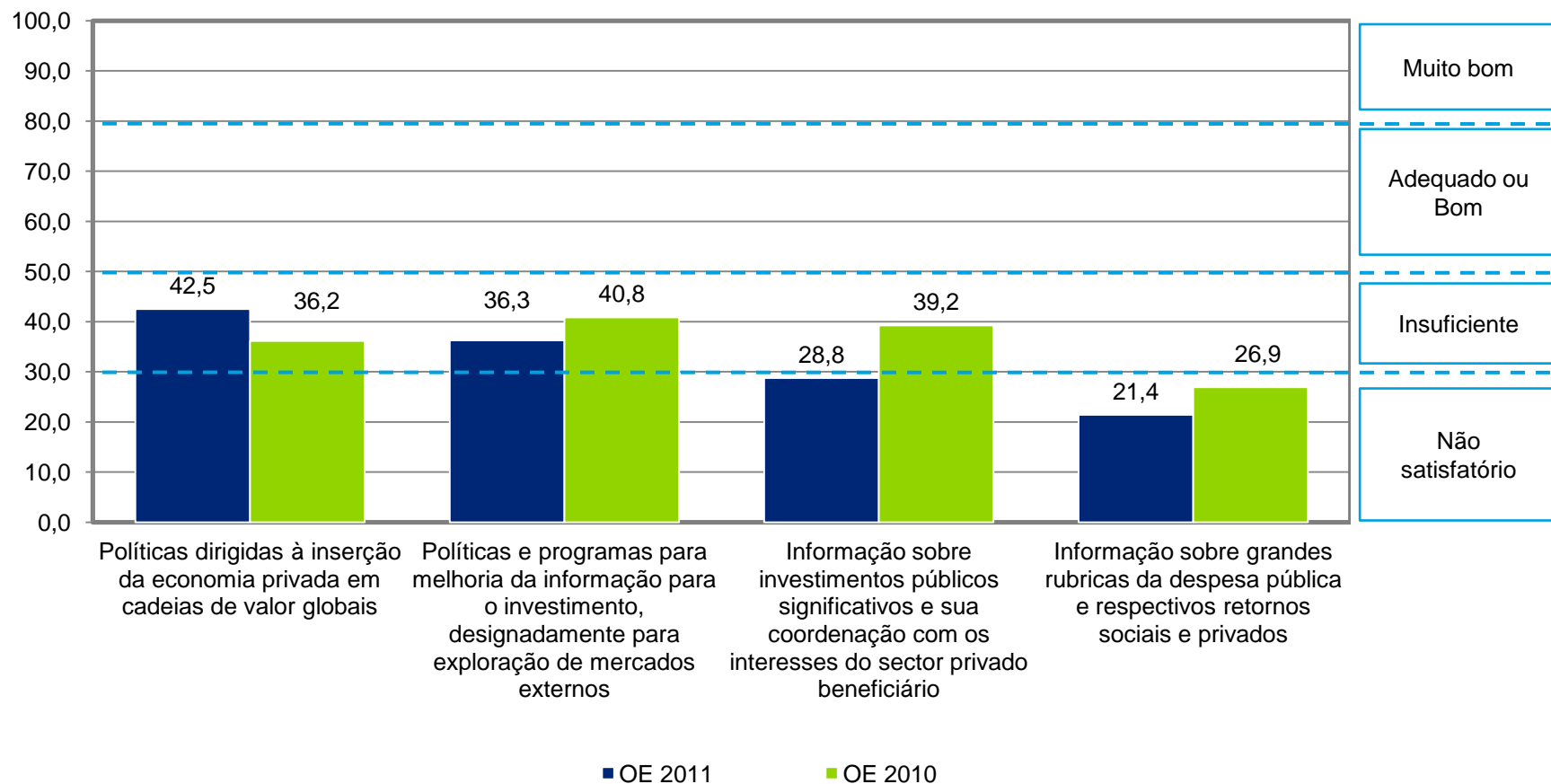
e. Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego (1/2)

O alinhamento de prioridades, perfis de investimento e despesa pública para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação de cadeias de valor empresarial e de emprego requerem medidas e programas específicos para (i) aperfeiçoamento das tomadas de decisão de investimentos privados (redução de externalidades de informação), (ii) maior inserção em actividades das cadeias de valor globais e (iii) condições para uma correcta coordenação entre investimentos dos sectores público e privado.

Dimensões em análise – resultados dos questionário (10/20)

e. Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego (2/2)

Alinhamento de prioridades públicas e cadeias de valor empresariais



Dimensões em análise – resultados dos questionário (11/20)

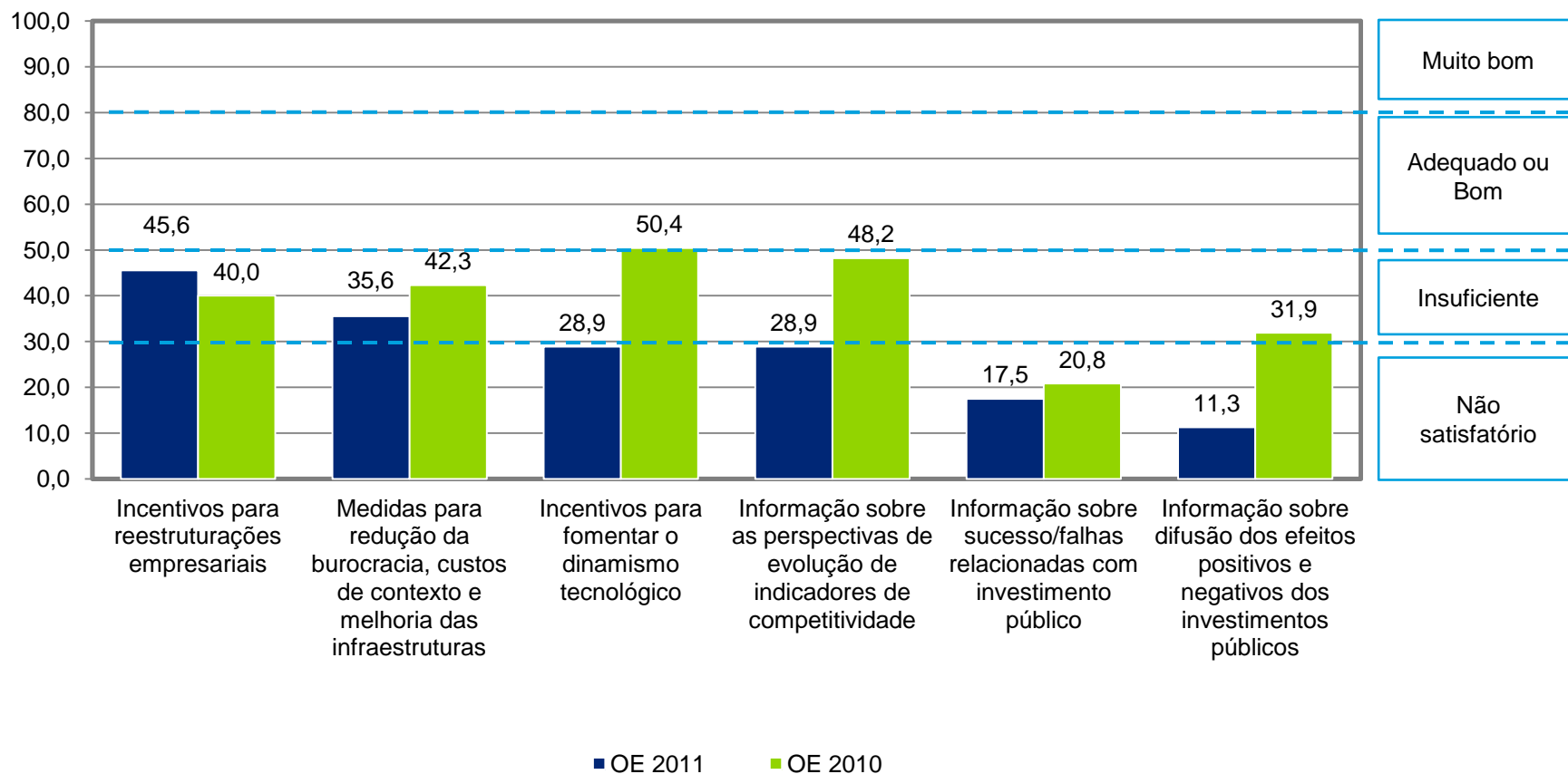
f. Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto (1/2)

A competitividade de um país depende constantemente das reformas institucionais que se vão realizando para estímulo do crescimento económico e da produtividade. Importa assim analisar as opções seguidas quanto a diversos factores de competitividade (tais como sucesso escolar, investimento em tecnologias, preços energéticos, despesas com I&D, legislação laboral, flexibilidade laboral e mercado exportador), assim como modelos de incentivos para reestruturações empresariais, dinamismo tecnológico e redução geral e específica de custos de contexto. Interessam também todas as medidas que eliminem/ diminuam as burocracias que afectam a produtividade das empresas.

Dimensões em análise – resultados dos questionário (12/20)

f. Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto (2/2)

Compromisso com reformas institucionais para o crescimento



Dimensões em análise – resultados dos questionário (13/20)

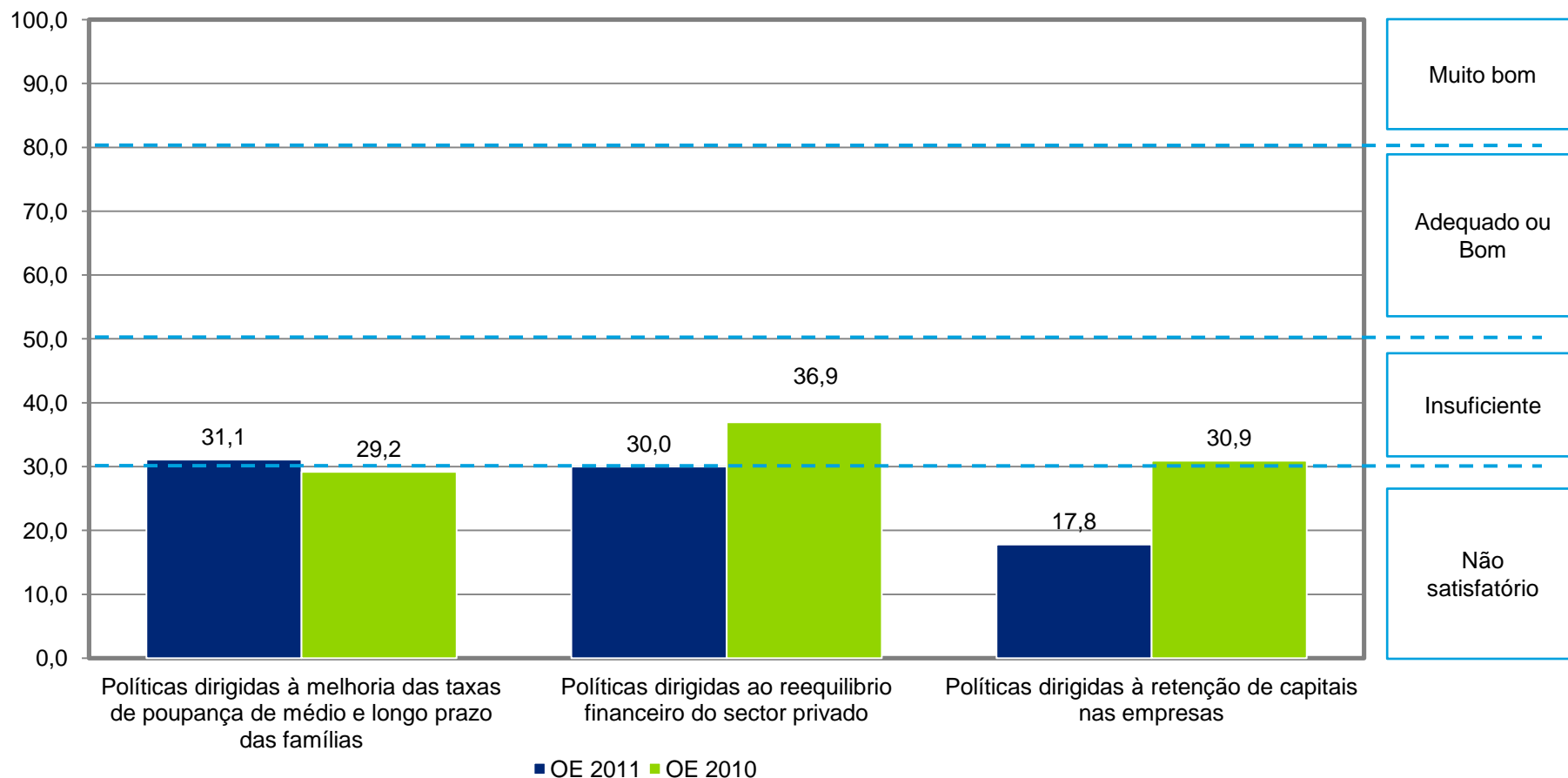
g. Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital (1/2)

As políticas macroeconómicas preventivas pretendem também acautelar a excessiva acumulação de dívida pública e privada (empresas e particulares). Nesta medida, o estímulo à criação, manutenção e retenção de poupança das famílias e empresas (lucros) é determinante para a sustentabilidade da nossa economia e independência relativa ao endividamento externo. Apenas com índices mais elevados de poupança das famílias, empresas e Estado é possível termos maior capacidade de financiar potenciais políticas macroeconómicas contracíclicas e a sustentabilidade global da nossa economia.

Dimensões em análise – resultados dos questionário (14/20)

g. Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital (2/2)

Estímulo à poupança das famílias e empresas



Dimensões em análise – resultados dos questionário (15/20)

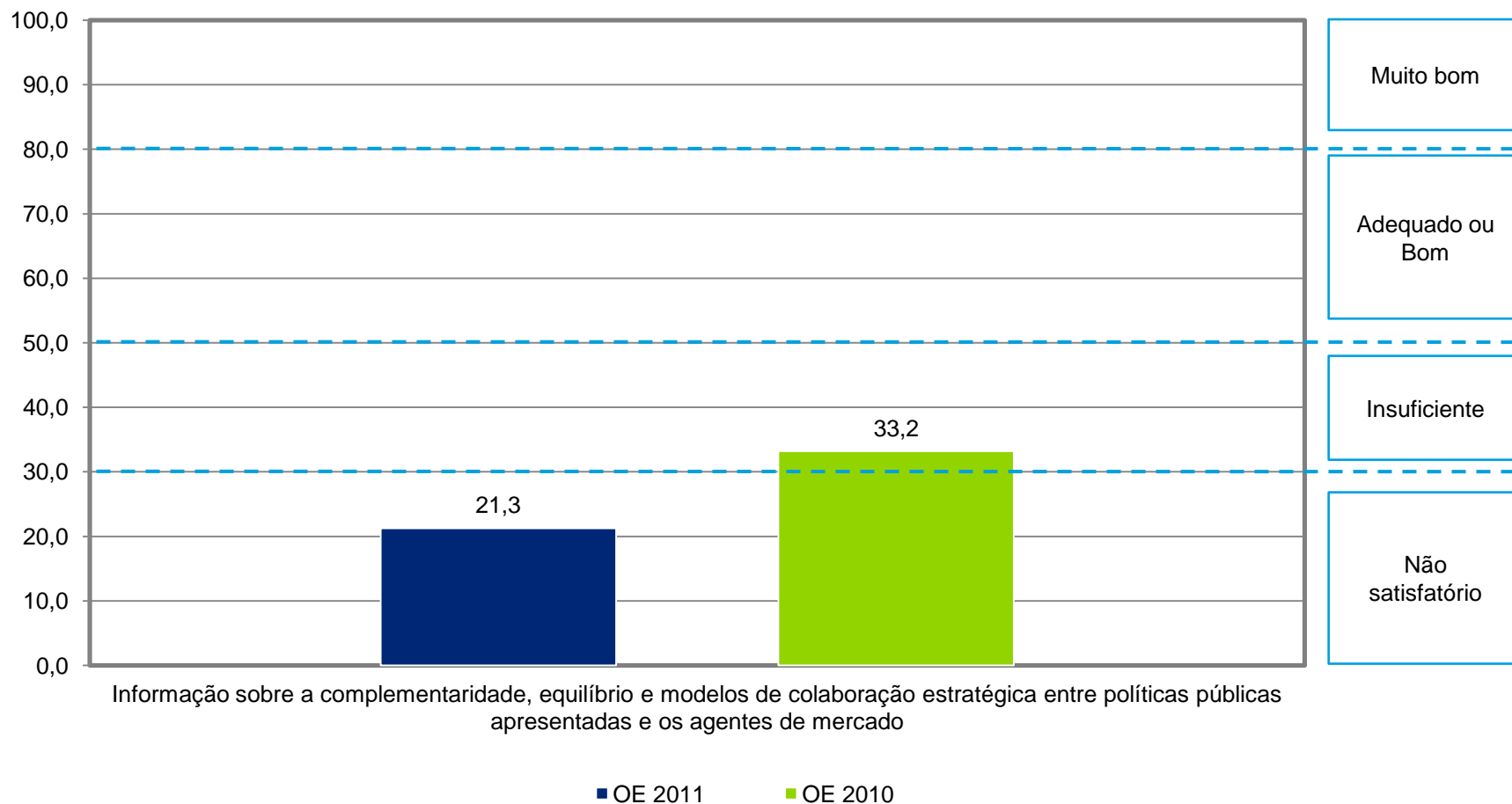
h. Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica (1/2)

O desenvolvimento económico de um país exige complementaridade, equilíbrio e modelos de colaboração estratégica entre políticas públicas e os agentes de mercado. Todavia, devem ser explicitados os potenciais efeitos negativos destas políticas, em face de uma potencial captura de recursos públicos por alguns agentes privados, em detrimento do retorno social esperado dos investimentos públicos/privados.

Dimensões em análise – resultados dos questionário (16/20)

h. Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica (2/2)

Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica



Dimensões em análise – resultados dos questionário (17/20)

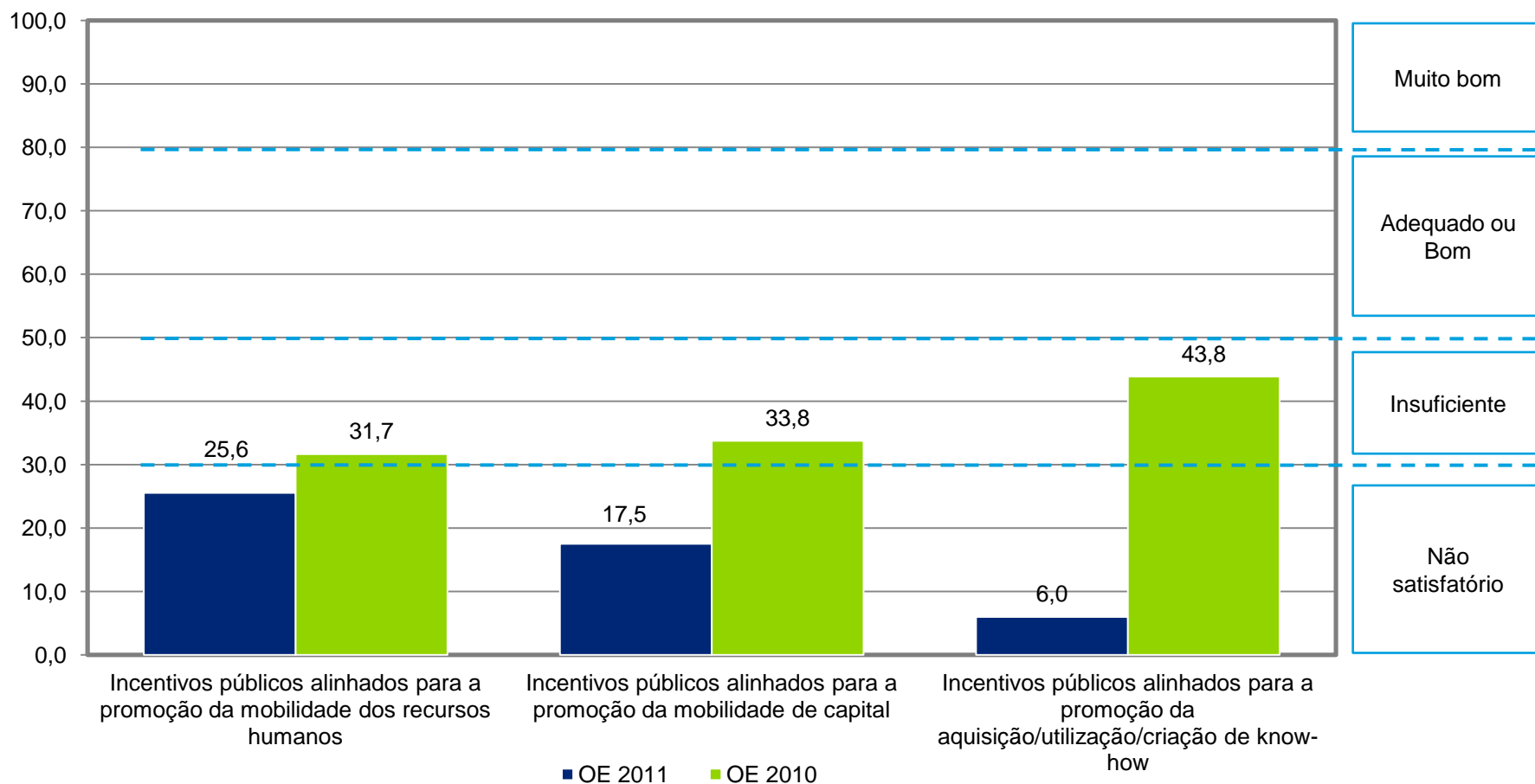
i. Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e *know-how*) necessários ao crescimento económico (1/2)

O crescimento económico depende, para além de outros factores institucionais e culturais, em larga medida do nível de capital disponível, trabalho e tecnologia / *know-how* de uma economia. Neste contexto, importa que sejam implementadas medidas que (i) visem promover a mobilidade de capital entre diversos sectores e empresas, assim como (ii) mobilidade e flexibilidade a nível de recursos humanos entre sectores e empresas para acomodar movimentos conjunturais e estruturais e (iii) medidas com vista ao desenvolvimento tecnológico e criação de *know-how*.

Dimensões em análise – resultados dos questionário (18/20)

i. Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e *know-how*) necessários ao crescimento económico (1/2)

Políticas para crescimento da flexibilidade produtiva



Dimensões em análise – resultados dos questionário (19/20)

j. Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores (1/2)

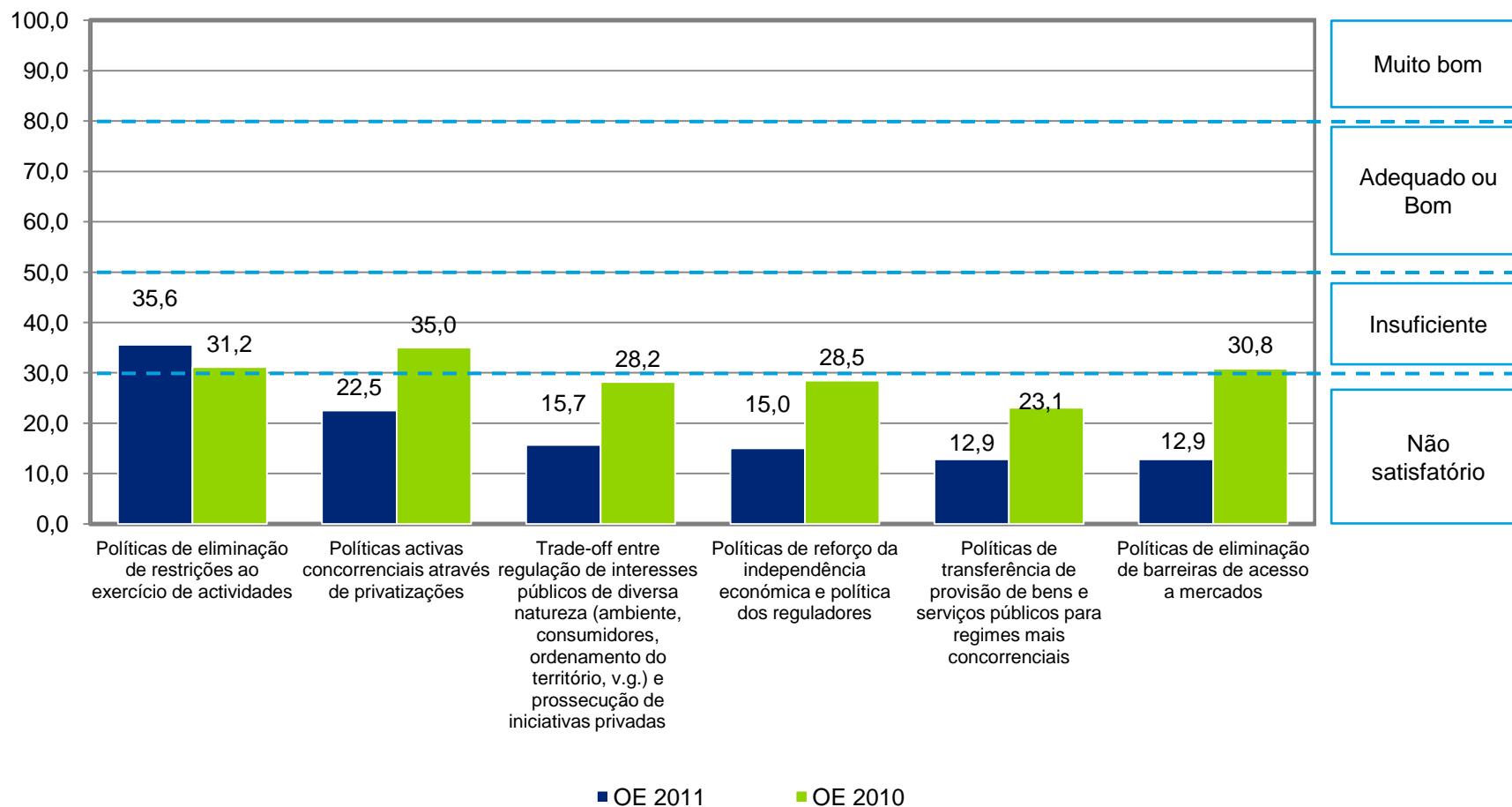
A eficiente distribuição de recursos numa economia para geração de equilíbrios eficientes faz-se através da aproximação a regimes concorrenciais intensos, a par de restrições que previnam ou reduzam as externalidades negativas dos investimentos privados e alarguem as externalidades positivas. Neste contexto, pretende-se avaliar as políticas de acesso a mercados, privatizações, reforço de independência económica e política dos reguladores, e eliminação de restrições ao exercício de actividades.

Paralelamente, deve também ser avaliado o trade-off de políticas de regulação de interesses públicos de diversa natureza (consumidores, ambientalistas, v.g.) e prossecução de iniciativas privadas, assim como as políticas propostas de transferência de provisão de bens e serviços públicos para a iniciativa privada em regimes mais concorrenciais.

Dimensões em análise – resultados dos questionário (20/20)

j. Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores (2/2)

Promoção activa de regimes concorrenciais



Nota técnica

Nota técnica

O índice Deloitte Pro-Business realizado em parceria com o ISEG e o Jornal Expresso e tem como principais objectivos avaliar:

- a responsabilidade orçamental de estímulo ao crescimento económico; e
- os princípios orçamentais promotores de crescimento, produtividade, emprego, inovação e competitividade.

Os questionários foram enviados ao Conselho Consultivo Empresarial, entre 29 de Outubro e 15 de Novembro de 2010, acompanhados de um conjunto de notas indexadas ao Relatório do OE, Proposta de Lei e Mapas Anexos, tendo-se obtido 9 respostas (13 respostas, no ano anterior) que foram objecto de tratamento estatístico.

Os membros do Conselho Consultivo, que responderam foram os seguintes: António Mota, Belmiro de Azevedo, Dionísio Pestana, João Martins Serrenho, Nuno Macedo Silva, João Paulo Carvalho, Paulo Fernandes, Paulo Pereira da Silva e Peter Villax.

Para consulta do Índice ISEG ver: www.iseg.pt

Em caso de dúvida ou prestação de alguma informação ou algum esclarecimento adicional, por favor contactar:

Carlos Loureiro

Partner

Tel.: +(351) 210 427 515

caloureiro@deloitte.pt

Jorge Sousa Marrão

Partner

Tel.: +(351) 210 422 503

jmarrao@deloitte.pt

Deloitte.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

©2010 Deloitte Consultores S.A.